

ANA CECÍLIA ANTUNES DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PROCESSO
DE FORMAÇÃO HUMANA**

GOIÂNIA

2022

ANA CECÍLIA ANTUNES DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PROCESSO
DE FORMAÇÃO HUMANA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Ma. Norma Aparecida Cardoso

GOIÂNIA

2022

ANA CECÍLIA ANTUNES DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PROCESSO DE
FORMAÇÃO HUMANA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profa. Orientadora: Ma. Norma Aparecida Cardoso _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Profa. Convidada: Ma. Ráquia Rabelo Rogeri _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, 21 / 06 / 2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus quem me capacitou, à minha prima Amanda Talitta (in memorian) que me motivou a concluir mais uma etapa. À Dona Vera que foi minha fonte de inspiração. Agradeço à psicóloga Monicke, que com as terapias me auxiliou nessa caminhada e à minha família por vivenciar comigo essa experiência. Aos professores da Educação Infantil que, assim como eu, amam o ofício de ensinar crianças e carregam consigo a responsabilidade de tornar esse espaço formador de humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus professores do Curso de Pedagogia que me acompanharam com tanto afeto durante o percurso acadêmico, em especial à professora Norma Aparecida Cardoso, que com paciência trilhou meus passos para conclusão do presente trabalho. Agradeço também à professora Ráquia Rabelo Rogeri por ter aceitado o convite de ser a leitora do meu trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA

Ana Cecília Antunes dos Reis*

Norma Aparecida Cardoso**

RESUMO: O presente estudo trata da temática da Educação Infantil e o processo de formação humana, visa compreender como a Educação Infantil contribui para o processo de formação humana da criança. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que constituiu um quadro de referências relevante, contou com autores como: Brandão (1981); Oliveira (2011); Aranha (2012); Cambi (1999); Charlot (2013), entre outros que contribuíram de forma valorosa para este trabalho. O estudo levanta a discussão sobre educação e formação humana da criança, contextualiza a ideia de educação, presente na vida do homem desde a sua existência humana. A educação acontece em diversos contextos, tem concepções diferentes, é contínua. No decorrer da história os povos elaboram modos específicos de educar as crianças de acordo com os objetivos de cada grupo social e das ideias de infância presentes, no sentido de operar a formação humana. A escola é um desses espaços de educação, que surge com a complexificação da sociedade, especialização do saber e de quem ensina. A criança é destinatária central das práticas educacionais para formar um ideal de homem. Enquanto uma instituição educativa, a Educação Infantil tem uma proposta que traz a dimensão da formação humana voltada para as crianças de 0 a 6 anos incompletos. Propõe uma educação para o desenvolvimento integral da criança, concebendo-a como ser completo, que se constitui em tempo integral, em um processo formador não fragmentado.

Palavras-chave: Educação. Formação humana. Criança. Educação infantil.

* Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

** Mestre. Orientadora do Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NA HISTÓRIA.....	9
1.1 Educação e formação humana	9
1.2 A Educação da criança na história.....	13
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto central de estudo a importância da Educação Infantil para o processo de formação humana, busca responder porque a Educação Infantil é importante para a formação humana da criança. Este estudo surge da experiência de estágio na Educação Infantil durante o curso de Pedagogia, que possibilitou a reflexão sobre este espaço de educação para as crianças, como um lugar de respeito as suas singularidades, opiniões, necessidades, sem subestimar suas capacidades, que deve contribuir para o desenvolvimento, a aprendizagem delas, e garantir os seus direitos. Esta experiência de estágio na Educação Infantil motivou e instigou a conhecer mais sobre a proposta da Educação Infantil e seu papel na formação integral das crianças.

Trata-se de um estudo realizado a partir de pesquisa bibliográfica, constituindo um quadro relevante de referenciais para a discussão da temática em questão, como: Brandão (1981); Aranha (2012); Charlot (2013); Oliveira (2011).

Compreender a educação como uma prática social, significa vê-la presente em todas as partes da vida cotidiana, em todos os tempos, sociedades, contextos, com concepções, e modelos diferentes. É pensar a educação a partir da existência humana, que foi criando formas e modos de educar o homem no seu processo de humanização.

O trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo “Educação, formação humana e educação da criança na história”, discute o conceito geral de educação, compreendido como um conceito fundamental da vida humana, pois entende-se que o homem não nasce sabendo, seu comportamento não se baseia em inclinações biológicas, o homem aprende com outros homens, na família, na comunidade, na escola. A educação é a instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade. A educação possibilita que o homem estabeleça relações pessoais, se aproprie das coisas do mundo, compreenda e transforme a realidade e se constitua, como ser social, histórico.

Em todos os tempos históricos e nas diferentes sociedades, sempre existiram educações, práticas sociais de educar, formar o ser humano para a vida em sociedade. Esta tarefa se dá, a partir das concepções de educação de cada sociedade, das necessidades, saberes e cultura de cada povo, que vão orientar as

ideias de qual homem deseja formar. É nesse sentido que as ideias de infância elaboradas por cada sociedade são importantes para compreender a prática educativa destinada às crianças, pessoas em processo de desenvolvimento, a quem as sociedades sempre depositaram o propósito de ensinar, educar.

O estudo apresenta um breve olhar sobre cada tempo histórico realçando as diferentes concepções, transformações das ideias de infância e aspectos relevantes da educação, e da formação das crianças. Destaca-se o papel central que a educação escolar toma no processo de formação humana, a escola é a instituição que assume este papel na vida das crianças. Dessa forma, a educação torna-se um direito das crianças e a escolarização delas um dever.

O segundo capítulo “Educação Infantil e a sua importância para o processo de formação humana”, discute a educação da infância como um direito das crianças, sendo esta educação, na atualidade, incluída no sistema educacional, implementada nas instituições de Educação Infantil. Nesta perspectiva educacional, a infância deve ser compreendida como um tempo de experiências, de se desenvolver, de forma contextualizada sócio-historicamente, vista como um ser sócio-histórico, em contexto de desenvolvimento, um sujeito de direitos. O estudo aponta a importância da Educação Infantil na formação humana, na medida que se constitui como um espaço formativo, que cuida e educa, proporciona experiências diversificadas no campo da linguagem, da estética, da ética, da criatividade, da ludicidade, das relações sociais, da cognição, contribuindo assim, para o desenvolvimento integral da criança, seja físico, motor, intelectual, afetivo, social, espiritual, moral. Por fim, conclui-se que diante da proposta da Educação Infantil, com suas finalidades, princípios, objetivos, e diretrizes, considera-se que esta seja uma efetiva concretização da educação para a formação humana, que não se restringe ao desenvolvimento intelectual, mas a promoção do desenvolvimento integral da criança, respeitando as suas necessidades e especificidades, a sua condição peculiar de desenvolvimento e de sujeito de direitos.

1 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NA HISTÓRIA

Este estudo monográfico tem por objetivo compreender a importância da Educação Infantil como instrumento processual de formação e de desenvolvimento integral da criança. Para atingir este objetivo, este primeiro capítulo fará uma reflexão sobre o conceito de educação ao longo da história. O motivo de iniciar uma reflexão sobre a história da educação é o fato do homem ser herdeiro dessa tradição. Deste modo os conteúdos e as estratégias para o ensino e para a aprendizagem utilizadas hoje não surgiram por acaso, mas sim, são o resultado de uma experiência acumulada durante séculos, assim, ao longo da história diferentes povos tiveram diferentes maneiras de educar as crianças e os jovens. Portanto, nesta primeira parte será apresentado um breve olhar sobre o modelo de educação nos diversos tempos históricos. Para isso, subdivide-se esta parte em períodos históricos: Antiguidade Clássica; Idade Média; Idade Moderna e Idade Contemporânea, mas inicialmente, será apontado algumas reflexões sobre a educação e a formação humana.

1.1 Educação e formação humana

A educação é algo que se mistura à vida das pessoas. Ela está presente em todos os tempos da história do homem, nas diversas sociedades, povos, grupos, nos diferentes contextos culturais e sociais. A educação existe na família, na comunidade, na escola. Pensar na educação implica compreender que ela está presente em todas as partes da vida cotidiana, da ação mais simples, a mais complexa. Sendo assim, a escola não é o único espaço de aprendizagem. Dessa forma deve-se compreender a educação, como um fenômeno amplo, que não possui um único modelo, tem concepções diferentes, acontece em contextos diversos e envolve pessoas, também diferentes. A educação pode acontecer de forma livre, espontânea, misturada às experiências da vida ou de forma planejada, sistemática e formal. A educação pode ter como fim, ensinar ou doutrinar, emancipar ou tutelar, libertar ou dominar, dependendo dos seus objetivos, é assim que Brandão (1981) contextualiza o que é educação, ou melhor, educações.

Para este autor, educação é, “como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (BRANDÃO, 1981, p. 10). Como uma criação social, a educação vai produzir e reproduzir o saber que os homens de determinada sociedade aprenderam e ensinaram nas diferentes esferas de vida e para os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade. De forma dialética, a educação criada pelo homem vai educar os homens de acordo com um perfil que cada sociedade ou grupo social necessita.

As civilizações se construíram em torno da organização da vida material, da produção de bens, criando também uma organização social, um significado de homem e um processo de educar e formar este homem. Os significados atribuídos, elaborados socialmente vão guiá-lo as práticas sociais de cuidar e educar.

Pensar a educação como uma prática social possibilita entender a relação entre educação e formação humana como um processo contínuo, pois há educação a partir da existência humana do homem e da sua humanização. Então, a educação está na origem, na constituição do homem, no cuidado de sua existência. Fernandes (2012) explicita que “Chamamos de educação este modo de ser pelo qual o homem se auto constitui, ou seja, se ergue e se encontra a si mesmo no vigor de sua humanidade”. (FERNANDES, 2012, p. 35). Assim, a educação antecede a escola, acontece nas comunidades da vida para cultivar a liberdade criadora do existir.

Para Brandão (1981), a educação está diretamente ligada a cultura, e ao meio social do indivíduo, sendo o conhecimento passado de geração em geração, por meio da cultura adquirida no grupo familiar. Portanto, a missão da educação é transformar os sujeitos e capacitá-los para viver em sociedade, como concebe Freire: “A educação portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação”. (FREIRE, 1983, p. 14).

A educação que o autor Paulo Freire (1983) trata, é sobretudo a educação pela qual o homem enquanto sujeito adquire, ele próprio é sujeito de seu próprio educar, essa educação é transmitida de geração em geração, por meio da cultura. Pensar a educação enquanto um período de formação humana, é pensar que o homem não nasce pronto, sabendo, mas ele aprende e se humaniza.

O homem, diferente de outras espécies, precisa aprender com os outros homens para o seu desenvolvimento físico e psicológico. É necessário um extenso

processo educativo para que assim o homem se humanize. O indivíduo em seu ambiente sócio-cultural, apropria-se dos conhecimentos, valores, hábitos e costumes, signos e instrumentos, produzidos pelos membros do seu grupo cultural, e isso acontece sempre, mediado pela interação com outras pessoas, numa relação que envolve aprender-ensinar-aprender.

No processo de apropriação, o homem internaliza todos esses saberes, que ocorre de forma ativa e própria, transformando o seu meio cultural e a si mesmo. Pode-se observar então, um processo inicial de aprendizado, que se torna contínuo na vida de cada pessoa, o qual costuma-se chamar de formação humana, esta envolve transformação do homem consciente, ativo e suscetível a mudanças.

Para Brandão (1981), em todas as sociedades pode-se perceber um modo de organizar esse aprendizado humano, no sentido de operar a formação humana e produzir as mudanças necessárias de acordo com os objetivos de cada grupo social. Desse modo, compreende que:

todos os povos sempre traduzem de alguma maneira essa lenta transformação que é a aquisição do saber deve operar. Ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar em tornar capaz, trabalhar sobre domar, polir, criar, como um sujeito social, a obra de que o homem natural é a matéria-prima. (BRANDÃO, 1981, p. 24).

A ideia de ajudar a crescer, polir, cultivar, moldar, está presente quando se refere à criança, pessoa que está em formação, construção, constituição inicial na vida, e para tanto, precisa ser educada.

Pode-se dizer que em todos os tempos, sociedades, grupos humanos, compartilham do entendimento que o homem necessita ser cuidado, preparado, formado para a sua própria existência e para a existência de sua espécie. Como dito, as concepções sobre este homem são diversas, distintas, contraditórias.

Na trajetória do conhecimento sobre o homem, pode-se destacar três concepções teóricas diferentes que sintetizam uma compreensão de homem presente em vários sistemas teóricos. A concepção inatista, que pressupõe ser o homem possuidor de uma natureza humana a priori, sendo, o processo de formação humana apenas a atualização de sua essência. A concepção ambientalista, vê o homem como uma *tábula rasa* e a sua formação vai depender das experiências acumuladas diretamente no ambiente em que se encontra. Para a concepção interacionista, o homem não é um ser pronto definido a priori, nem um ser a mercê

da determinação ambiental, compreende o homem como um ser que se constrói, constitui-se na sua relação com o ambiente sociocultural.

Estas diferentes concepções de compreensão do homem vão implicar em formas também diferentes de conduzir a sua educação. Tais ideias estão presentes nas teorias de educação que vão orientar a formação humana dos homens de seu tempo. A ideia de natureza humana perpassa a construção do pensamento sobre o homem e a formulação das ideias de educação em vários momentos históricos. Está presente, por exemplo, em Platão, Rousseau, Kant, que acreditam, que a criança deve ser educada para aflorar sua natureza humana e alcançar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, acontece a educação de um homem abstrato, sem relações com o meio social e uma educação restrita a cultura individual. (CHARLOT, 2013).

A concepção de homem como um ser sócio-histórico impõe compreender o seu desenvolvimento como socialmente constituído e o seu processo educativo mediado pelos membros do seu grupo cultural para a formação de um sujeito ativo, crítico.

No movimento histórico de pensar o homem e a sua formação humana, percebe-se que o projeto de formação do homem tem se resumido à escola, que perdeu há tempos o sentido original da grego skholé. A instituição escola, em sua inserção histórica na sociedade, traduz a sua proposta de formação humana fundamentada nas teorias de educação, tendências pedagógicas, que por sua vez são ideias, conhecimentos construídos em um tempo histórico, marcado pelas múltiplas determinações cultural, social, política, econômica, tecnológica etc. Isto torna a escola, em seus princípios e objetivos, em sua prática pedagógica, seu currículo e em seu público atendido, um campo de interesse e disputa de vários setores sociais, que têm direções diferentes para a formação humana.

Na atualidade, o acelerado avanço tecnológico, científico e do mercado, segue na contramão do avanço da qualidade da existência humana, da coletividade, e a escola, como instituição de formação humana, tem dificuldades de sustentar um projeto humanístico para todos, que valorize o sujeito e o bem comum.

Postas estas reflexões gerais sobre a educação e a formação humana, será focado a educação da criança na história que lança um breve olhar sobre o modelo de educação nos diversos tempos históricos.

1.2 A Educação da criança na história

Partindo da compreensão já posta neste estudo de que em todos os tempos e sociedades existiram formas de educar os pequenos, a discussão segue apresentando aspectos importantes que marcam, caracterizam a educação da criança nos diferentes períodos históricos.

Ao tratar da educação no período da Antiguidade, é importante pensar sobre como as crianças eram vistas nesta época. Na Grécia Antiga, as crianças não eram vistas nas artes e geralmente pouco reconhecidas pela sociedade.

o *status* da criança naquelas sociedades antigas era praticamente nulo. Sua existência dependia do poder do pai: se fosse menina ou nascesse com algum problema físico, poderia ser rejeitada. Até o final da Antiguidade as crianças pobres eram abandonadas ou vendidas; as crianças ricas enjeitadas - por causa de disputas de herança - eram entregues à própria sorte. (COSTA, 2002, p. 2).

A criança é um ser que nem sempre foi reconhecido pela sociedade, a questão do status e valor econômico entre as famílias contavam muito sobre o destino da criança quando ela nascesse.

Era criada em casa com seus pais e quando atingia a idade de sete anos, o ensino era fora de casa, nas escolas, e quem os conduziam eram escravos chamados de 'pedagogos'. Eles instruíam e acompanhavam as crianças na maior parte do tempo, eram considerados mais importantes até que os mestres-escolas. Seu papel era fundamental na vida da criança grega, por essa relação o escravo pedagogo transmitia valores da cultura, passada de geração a geração. Sua passagem marcava a vida da criança, pois o escravo pedagogo passava mais tempo com a criança do que seus próprios pais, como afirma Brandão (1981):

Os escravos pedagogos condutores de crianças eram, afinal, seus educadores, muito mais do que os mestres-escola. Eles conviviam com a criança e o adolescente e, mais do que os pais, faziam a educação dos preceitos e das crenças da cultura da pólis. O pedagogo era educador por cujas mãos a criança grega atravessava os anos a caminho da escola, por caminhos da vida. (BRANDÃO, 1981, p. 42-43).

Os gregos criaram a nomenclatura "*Paidéia*" para nomear aquilo que eles chamam de "educação", de formação harmônica do homem para a vida na pólis, ou

seja, a formação integral do homem aliado ao desenvolvimento do corpo e da mente. Segundo Brandão (1983):

Aquilo que a cultura grega chama com pleno efeito de educação — paidéia — dando à palavra o sentido de formação harmônica do homem para a vida da polis, através do desenvolvimento de todo o corpo e toda a consciência, começa de fato fora de casa, depois dos sete anos. (BRANDÃO, 1981, p. 38).

A Paidéia mostra o quanto os gregos se preocupavam em dar sentido a educação de forma completa, ela era a completude da formação para a vida na polis, ou seja, era necessário adquirir entre outros conhecimentos, o da língua grega, fundamentos da matemática e incorporação as regras sociais da polis. É preciso lembrar também que a educação formal era restrita apenas para os meninos, impedida para as meninas. Para Aranha (2012), “a educação se inicia aos 7 anos. Se é menino desliga-se da autoridade materna e inicia a alfabetização e a educação física e musical”. (ARANHA, 2012, p. 87).

A educação para os meninos era a partir dos sete anos fora de casa, eles se dedicavam a aprender a ler e escrever, e aprendiam também educação física. Os gregos se preocupavam muito com o físico, idealizavam a perfeição do corpo aliado a mente, por isso desde pequenos aprendiam esportes para um corpo perfeito, não menos importante também, a arte de falar bem e participar dos debates e assuntos políticos da cidade, como afirma Funari (2002)

Os rapazes, começavam o treinamento para o serviço militar. A caça, para eles, era um treino para a guerra, assim como as competições esportivas de que participavam. A educação dos rapazes consistia no conhecimento das letras, da poesia e da retórica, ainda que se pudesse seguir e continuar a instrução, com o estudo da Filosofia. (FUNARI, 2002, p. 43).

Para os gregos a educação dos meninos deveria ser voltada para a prática de competições esportivas e da guerra. Mas para mostrar serem fortes guerreiros, eram dotados de conhecimentos sobre a política e sobre as letras, porque praticavam a filosofia e a retórica como a arte de falar bem.

A vida para as meninas era diferente dos meninos, elas ficavam em casa em cômodos separados dos meninos, esses cômodos eram chamados de gineceus onde passavam então a maior parte do tempo. O papel de organizadora das funções domésticas era nada mais nada menos que reflexos do próprio brincar, davam a

elas brinquedos na infância que remetiam as suas funções quando adultas, geralmente como mães, donas de casa e que cuidavam do lar. As garotas de famílias com mais recursos podiam aprender também a tocar e dançar. Quando chegavam à adolescência, as meninas participavam de cerimônias que as preparavam para o casamento, segundo Tôrres (2001).

A ateniense casada vivia a maior parte do tempo confinada às paredes de sua casa, detendo no máximo o papel de organizadora das funções domésticas, estando de fato submissa a um regime de quase reclusão. (TÔRRES, 2001, p. 2).

Os meninos nesse período aprendiam o conhecimento das letras e da retórica para então participarem de debates políticos que aconteciam na cidade sobre política, sobre o bom funcionamento da polis. A retórica ganhou destaque nesse quesito, já que os meninos também aprendiam sobre como se portar e falar bem diante das pessoas, e conseguir conquistar quem estava assistindo com bons argumentos. Educação esta que os formaria para serem futuros governantes, imprima neles uma responsabilidade de amor à pátria, a cultura dos esportes em favor do corpo e aos deuses os quais acreditavam.

Dos 14 aos 18 anos, sua [dos meninos] educação baseava-se principalmente nos exercícios físicos, já que dos 18 aos vinte anos os jovens deviam prestar um tipo de serviço militar. O principal objetivo educacional ateniense era formar cidadãos capazes de defender a cidade e/ou cuidar dos assuntos públicos. (FUNARI, 2002, p. 44).

A vida pública em Atenas era muito importante, os homens desde adolescentes e jovens se preparavam com toda bravura para a vida na polis, ocupando-se com a ordem militar e com a política, defender a cidade com a força de um militar e com o uso dos argumentos.

Durante esse período histórico, foram acontecendo mudanças no campo econômico, social, político, religioso e nas concepções e educação da criança.

Na Idade Média, a educação para o domínio da leitura e escrita era monopolizada pela Igreja. Na sociedade medieval, a Igreja tinha uma importância muito grande na vida das pessoas, na vida política, econômica, cultural. O conhecimento ficou nesta época obscurecido pelos ensinamentos da Igreja, como verdade única. De acordo com Aranha (2012)

Os monges eram os únicos letrados, porque os nobres e muito menos os servos sabiam ler. Podemos então compreender a influência que a Igreja exerceu não só no controle da educação, como na fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval. (ARANHA, 2012, p. 159).

Neste período, como os monges que eram os letrados da época, as crianças eram entregues a Igreja em busca de uma educação cristã e de forma integral. A criança era vista como ser inexperiente, incompleto, incapaz. Na medida que a criança já podia viver sem os cuidados de um adulto era vista como um adulto em miniatura, portanto ela era colocada em um status igual ao do adulto, sendo tratada como tal, como afirma Ariès (1981).

A concepção da criança como um adulto em miniatura, revela, segundo Ariès (1981) a falta de consciência que a sociedade medieval tinha das particularidades do ser criança em relação ao adulto, assim acontecia um nivelamento das responsabilidades entre adultos e crianças, quando estas já se tornavam independentes. Para Costa (2002):

Os monges criaram verdadeiros “jardins de infância” nos mosteiros, recebendo indistintamente todas as crianças entregues, vestindo-as, alimentando-as e educando-as, num sistema integral de formação educacional (COSTA, 2002, p. 4).

Muitas crianças, pobres e ricas eram entregues a igreja e recebiam uma formação educacional e moral nos padrões cristãos estabelecidos. Em geral, a população medieval não contava com um processo formal de educação, mas pode-se perceber níveis de aprendizagem diferentes nessa sociedade tão rigidamente hierarquizada. Segundo Aranha (2012):

Na Idade Média, as mulheres não tinham acesso à educação formal. A mulher pobre trabalhava duramente ao lado do marido e, como ele, permanecia analfabeta. As meninas nobres só aprendiam alguma coisa quando recebiam aulas em seu próprio castelo. Nesse caso, estudavam música, religião e rudimentos das artes liberais, além de aprender os trabalhos manuais femininos. (ARANHA, 2012, p. 173).

Para além do acesso ao ensino ser duramente criterioso, a educação para as mulheres era ainda mais difícil, a grande maioria seguia analfabeta, já que deveriam dar atenção as atividades da família e do lar. Para as meninas nobres, havia uma diferença, elas recebiam a educação no castelo, porém aprendiam poucas coisas.

Nos mosteiros o ensino era de responsabilidade da Igreja, e as meninas eram tratadas de maneira diferente, elas aprendiam algumas coisas, como ler e escrever. Para o contexto da época possuir esses saberes já era importante, considera Aranha (2012):

Situação diferente ocorria nos mosteiros. Desde o século VI recebiam meninas de 6 ou 7 anos a fim de serem educadas e 173/685 consagradas a Deus. Aprendiam a ler, a escrever, ocupavam-se com as artes da miniatura e às vezes com a cópia de manuscritos. Algumas chegaram a se distinguir no estudo de latim, grego, filosofia e teologia. (ARANHA, 2012, p. 173-174).

O avançar da história, a expansão do comércio, o aumento populacional, das cidades, o crescimento da ciência, o exercício da política, constituíram aspectos importantes para mudanças nos processos educacionais, como afirma Aranha (2012).

No final da Idade Média, com a expansão do comércio e por influência da burguesia, começam a soprar novos ventos, orientando os rumos da ciência, da literatura, da educação. Realismo, secularização do pensamento e retomada da cultura greco-latina anunciam o período humanista que se aproxima. (ARANHA, 2012, p. 186).

A Idade Moderna avança nas transformações que se processavam historicamente, emergindo um modelo de organização econômico, social e político diferente e nestas mudanças, a sociedade moderna vai forjar um tipo de homem para as demandas desse tempo, tendo a educação, agora com o apoio da instituição escola, papel central na formação desse homem a luz da razão.

A atitude da Igreja nesse período era vista como um empecilho para o avanço da ciência, quando o comércio começa sua expansão, as cidades começam a crescer, a população aumenta, a educação deixa de ser pensada como uma realidade cristã e passa a ser vista na perspectiva humanista, com clareza de ideias, onde a razão era o centro do pensamento, a educação agora passará a ser transmitida por mestres, e não apenas pelos ensinamentos cristãos.

No período moderno tem-se a passagem da produção manufatureira para a indústria moderna. Esta nova forma de produzir a vida material, caracteriza-se por uma subordinação do trabalho ao capital, a passagem de uma produção empírica à produção cientificizada, o modo de produção capitalista. Em relação a organização

política, tem-se a formação do Estado Moderno e a ciência moderna ocupa lugar central nesta sociedade, como única possibilidade de acesso a verdade e ao progresso da sociedade. Estas mudanças produzem alterações nos saberes e na educação. (BUFFA, 1999).

A escola moderna, inspirada nos ideais liberais burgueses, propõe a formação de um homem livre para vender sua força de trabalho, com igualdade na sua condição jurídica, útil para a sociedade, dócil e disciplinado. A educação é pensada para todos, mas a formação do indivíduo está condicionada as aptidões naturais deste, justificando a posição que vai ocupar na sociedade.

A escola nesse período representa a passagem de uma concepção religiosa de educação para uma concepção racional de educação. O uso da razão, da clareza das ideias e de reflexão sobre as ações, torna-se importante. A partir de agora a educação passa a ser um campo de dominação de mestres, pessoas competentes para ensinar, profissionais capacitados a ensinar aquilo que a sociedade necessitava. Cambi (1999) expõe que

A escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia (da ordem e da produtividade) e do seu sistema econômico (criando figuras profissionais, competências das quais o sistema tem necessidade). (CAMBI, 1999, p. 199).

Na sociedade moderna a criança ganha mais visibilidade, desperta-se mais o interesse por ela, é vista de forma mais distinta em relação ao adulto, são atribuídas a ela características que as constituem naturalmente, como frágeis, dependentes, inocentes. Esses novos significados e saberes sobre a criança, inspiram novas práticas sociais de cuidado, governo e educação. A criança passa a ocupar a posição de aprendiz. A modernidade impõe um tempo de quarentena para a criança, ou seja, a sua formação para o mundo adulto deve acontecer separada destes, no modelo dos colégios internos. A escola passa a ser o espaço institucional de formação moral, religiosa e intelectual da criança, com uma proposição curricular, a partir de uma racionalidade científica, com uma pedagogia e especialistas para ensinar.

Nesse entendimento, diz Bujes (2002)

A produção de saberes sobre a infância portanto, esteve conectada à regulação das condutas dos sujeitos infantis e à instituição de

práticas educacionais voltadas para elas. A infância tornou-se um domínio de interesse sobre o qual se tinha vontade de saber (BUJES, 2002, p. 37).

A criança é alvo do governo da população, e a escola é o *Locus* essencial para a formação do indivíduo moderno, autônomo, livre e racional.

O sujeito aprendiz, constitui o ideal de infância moderno, sendo elaborado a partir de uma visão adultocêntrica e universalizante, que concebe a infância como um tempo de vida diferenciado do adulto, mas educado para alcançar o ideal de adulto, como afirma Bujes (2002):

[...] é esta perspectiva adultocêntrica de representar a infância, na qual a criança é significada como um ser em falta – imaturo, débil, desprotegido, em alguns casos necessitando de correção, em outros, de proteção – que vai justificar a necessidade de intervenção e de governo da infância. A criança, por ser maleável, pode ser modelada; por ser frágil, necessita de tutela; por ser rude, deve ser encaminhada à civilização; pela sua fraqueza de juízo, precisará desenvolver a razão. (BUJES, 2002, p. 38-39).

Este ideal de homem e de educação não se estende a todas às crianças, até porque os ideais modernos burgueses de liberdade, igualdade, democracia, não se concretizam para todos homens da sociedade moderna. A educação escolar da criança surge para poucas, para a criança livre, branca, das classes abastadas, do gênero masculino, sem deficiências. Por muito tempo, as crianças pobres continuaram fora da escola, tendo uma formação para o trabalho nos campos e na fábrica, até a escola começar a incluí-las num sistema de instrução comum, de base, a cargo do Estado, porque todo homem deve ser educado para ocupar seu lugar na sociedade.

No período moderno, a educação começa a ser institucionalizada, surge aqui espaços físicos dos quais as crianças eram deixadas para aprender. Pensadores em diversas partes da Europa, como Comênio, Rousseau e Pestalozzi, analisaram o contexto em que a criança era colocada na educação, tornando-a centro do interesse educacional dos adultos, passando a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidado.

Comenius (1592-1670) criou a ideia de 'Jardim de Infância', como o lugar da educação das crianças pequenas, ou seja, defendia um currículo bem desenhado, com bons recursos materiais e uma boa racionalização do tempo e do espaço

escolar, como garantia de uma boa “arte de ensinar”, e a ideia de que as crianças devem ter oportunidade de aprender tendo em vista um amplo campo de conhecimento. Segundo Oliveira (2011)

A infância não era apenas uma via de acesso, um período de preparação para a vida adulta, mas tinha valor em si mesma. Defendia uma educação não orientada pelos adultos, mas que fosse resultado do livre exercício das capacidades infantis e enfatizasse não que a criança tem permissão para saber, mas o que é capaz de saber. (OLIVEIRA, 2011, p. 65).

Rousseau (1712-1788) defendia que a criança deveria aprender por meio de experiências, de atividades práticas, de observação, e por meios diferentes de livros e enciclopédias. O filósofo criou uma proposta educacional em que combatia o preconceito, o autoritarismo e todas as instituições sociais que violavam as características da liberdade natural. Oliveira (2011), ressalta que Rousseau:

Considerava ele que a força vital da educação estaria na bondade e no amor, tal como na família, e sustentava que a educação deveria cuidar do desenvolvimento afetivo das crianças desde o nascimento. (OLIVEIRA, 2011, p. 65).

Para Pestalozzi (1746-1827), a educação da criança deveria estar baseada na afetividade, no amor e na bondade, colocando em ação aquilo que a criança já conhecia, contribuindo para o seu caráter. O autor, também defendeu que os alunos deveriam participar de atividades, como música, artes, soletração, geografia e aritmética, estimulando a linguagem oral e o contato com a natureza. (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, o período moderno proporcionou para a educação mudanças consideráveis nas concepções da criança, a diferenciação entre adultos e crianças tornaram-se mais distintas.

A Idade Contemporânea foi marcada por avanços no âmbito da economia, da política e da sociedade. Havendo neste período conflitos de amplitude mundial que impactaram a história e trouxe como reflexão a forma de se pensar a infância e a sua educação.

No contexto do século XIX, a educação passa a ser escolarizante. A escola toma para si, a responsabilidade de imprimir nas crianças aprendizagens de civilidade, construindo assim pontes entre criança e escola. (VEIGA, 2002).

Na chamada contemporaneidade pode-se notar a presença do Estado de forma mais especializada na regulação, nos cuidados e na educação da criança. A criança e a família passam a ser objeto de intervenção do Estado. São criados um conjunto de órgãos, leis e ações direcionadas a esse seguimento da população, crianças e adolescentes, mais especificamente a infância pobre, concebida como “menores”. É constituído o estado de bem estar social, fundado na ação protecionista, intervencionista, assistencialista de regulação da vida social.

A ação intervencionista do Estado junto ao segmento infantil se dá principalmente fundamentada na concepção de “menor”. Já na virada do século XIX para o século XX, esta ideia vai sendo construída. O termo menor passa a ser utilizado para caracterizar determinada parcela da população infantil, como diz Santos et al (2009):

O termo menor [...] vai gradualmente se tornando uma categoria sociológica, estigmatizante de todas as crianças pobres, em situação de rua ou que transgrediam as leis. A categoria ‘menor’ gera uma dicotomia ou segmentação de infância: ‘criança’ designa a infância normativa (geralmente os filhos dos estratos sociais médios e altos) e ‘menor’ representa a infância ‘menorizada’, os filhos dos pobres, chamados de ‘menor carente’, ‘menor abandonado’, ‘menor infrator’ ou ‘menor delinquente’. (SANTOS et al., 2009, p. 57).

No contexto brasileiro essa visão dicotomizada passa a orientar as políticas para a infância até praticamente os anos 1980. São então, os “menores” alvo central das políticas de estado no campo da assistência, da educação, da justiça, desenvolvendo ações de proteção, correção, contenção, constituindo políticas essencialmente de controle social.

O processo de modernização e industrialização vivido pela sociedade brasileira no século XX, tem grande impacto no crescimento da população nas cidades e aumento das desigualdades e pobreza, agravando a situação da infância pobre. Ao mesmo tempo esta infância pobre, menorizada, passa a ser vista como um problema de segurança nacional nas políticas do governo militar.

Na década de 1970 e 1980, mudanças significativas se processam no campo dos estudos sobre as concepções de infância, das políticas de atenção a esse segmento, nas ações de atendimento, marcada pela mudança conceitual de menor e seus adjetivos para o conceito de criança e adolescente sujeitos de direitos, como afirma Santos et al (2009)

Inaugura-se a concepção da criança como sujeito de direitos, rompendo com a categoria 'menor' e inserindo a criança pobre na concepção de 'infância', sem adjetivos pejorativos. (SANTOS, et al., 2009, p. 60).

Um novo modelo de atenção a criança e ao adolescente começa a se 'desenhar', fundamentado na concepção de criança como um sujeito de direitos, na ação educativa por meio de uma pedagogia dos direitos, e de políticas de garantia de direitos voltadas para a emancipação cidadã.

A luta por direitos humanos de crianças e adolescentes tem uma crescente mobilização nos anos finais de 1980 para a década de 1990, que culmina com a incorporação na Constituição Federal de 1988 de dois artigos (227 e 228) referentes aos direitos da criança e do adolescente. Crianças e adolescentes são reconhecidos legalmente como cidadãos. Na sequência, a lei complementar a Constituição Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é aprovada, dando início a construção de uma nova institucionalidade. A nova legislação para crianças e adolescentes está fundada na Doutrina de Proteção Integral de crianças e adolescentes, na concepção de criança e adolescentes como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, com o objetivo de garantia de direitos pessoais e sociais destes.

A defesa e garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes é permanente. A entrada para o século XXI coloca novos desafios, agrava as situações de desigualdade, aumenta a situação de miséria no mundo, potencializa as situações de conflito, em meio a este contexto desfavorável temos milhares de crianças. A sociedade humana da atualidade, deve fazer valer cotidianamente o direito à vida à criança e cuidar da sua formação humana, promovendo o seu desenvolvimento integral (físico, mental, moral, espiritual, social).

Nesse sentido, a educação tem papel fundamental e a Educação Infantil, que advém da conquista constitucional da contemporaneidade, em que a educação passa a ser direitos de todos, é instituída no campo da educação, como etapa inicial de formação da Educação Básica, contribuindo para a formação humana das crianças.

É nessa direção que o presente estudo continua as discussões no capítulo seguinte, destacando a importância da Educação Infantil para o processo de formação humana.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA

A Educação Infantil tem papel fundamental na formação humana que se expressa no objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos: físico, psicológico, intelectual e social.

A Educação Infantil foi instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) como a primeira etapa da Educação Básica, voltada para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos incompletos. Nessa etapa, a criança conhece o mundo mediada pelas interações com as pessoas e com o meio, vivencia situações que a leva a aprender e experienciar. De acordo com Kuhlmann Jr (1998):

[...] se a criança vem ao mundo e se desenvolve em interação com a realidade social, cultural, é natural, é possível pensar uma proposta educacional que lhe permita conhecer este mundo, a partir do profundo respeito por ela. Ainda não é o momento de sistematizar o mundo para apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas. (KUHLMANN JR., 1998, p. 57).

Para o teórico, a Educação Infantil garante à criança o direito dela experimentar diversos modos de interações, vivências e experiências, de ser respeitada, podendo manifestar seus pensamentos, opinar sobre o que lhe diz respeito, ter acesso a diferentes conhecimentos e bens culturais, possibilitando que as crianças atribuam significados a elas mesmas, a outras pessoas, ampliando assim, as suas visões de mundo, é na Educação Infantil que a criança vai experimentar aprendizagens para sua formação.

O documento Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2006), prevê orientações acerca do trabalho a ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil, como:

na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprios das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado. (BRASIL, 2006, p. 17).

Cuidar e educar são ações integradas nessa etapa da Educação Básica. Esses aspectos são indissociáveis, ou seja, eles não se separam em nenhum

momento durante o trabalho na Educação Infantil. A criança tem por direito vivenciar dentro da instituição, os cuidados básicos próprios do lar, como a higiene e a alimentação, e de vivenciar os conhecimentos próprios, do saber e aprender.

As instituições de Educação Infantil são orientadas segundo um trabalho pedagógico consistente, visando valorizar as características das crianças enquanto sujeitos de direitos, buscando desenvolver nelas a autonomia, valores, identidade, criticidade, liberdade, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a partir dos princípios colocados por este documento.

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2010, p. 16).

Esses princípios, devem ser vivenciados na instituição, no cotidiano das atividades com as crianças. Por exemplo, a rotina estabelecida para a organização do trabalho na instituição, contribui para o princípio ético, que diz respeito ao desenvolvimento de atitudes de autonomia e de responsabilidade por parte das crianças, e discute sobre regras, a responsabilidade de cada um para o funcionamento do coletivo da instituição, entre outras questões. Importante compreender a rotina a partir de um processo dinâmico, aberto, flexível com a participação das crianças na sua definição e avaliação, se comprometendo coletivamente com as regras estabelecidas. Deve reconhecer a multiplicidade do tempo da criança e não só do tempo cronológico. Assim, a rotina, com a mediação do professor é um importante aspecto para desenvolver a autonomia e responsabilidade no processo de formação do sujeito criança. (OLIVEIRA, 2011).

O princípio político diz respeito a cidadania e o desenvolvimento da criticidade nas crianças. A efetiva participação da criança nas atividades e no cotidiano da instituição possibilita ampliar sua visão de mundo sobre temas que lhes dizem respeito, tomar decisões, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico, a vivência democrática, o exercício da cidadania.

O princípio estético orienta sobre aspectos quanto a criatividade, a sensibilidade, a ludicidade e a liberdade de expressão, respeitando essas linguagens, é fundamental que se garanta tempo e espaço para atividade do brincar,

importante para o desenvolvimento da criticidade e da imaginação. Na Educação Infantil, o brincar é aspecto essencial e indissociável do cuidar e do educar, portanto a brincadeira é de suma importância para a criança e para a instituição de Educação Infantil, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, da afetividade, da moral, das relações sociais, da cognição, e da exploração de significados e sentidos. As brincadeiras e jogos também atuam sobre a capacidade da criança de imaginar, criar o mundo do faz de conta e de representar, articulada com outras formas de expressão.

O lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. (VIGOTSKY, 1984, p. 81).

Vigotsky (1984) afirma que a brincadeira ajuda a criança a lidar com sentimentos como alegria, frustração, surpresa, entre outros sentimentos, favorecendo a constituição da criança como sujeito na relação com o outro. As crianças se apropriam da realidade e constrói conhecimentos.

Por meio das brincadeiras a criança aprende a lidar com o outro, aprende a dialogar, compreender diferentes opiniões, fazer relações, solucionar conflitos, sobretudo desenvolver autonomia, nesse sentido a afetividade se faz bem presente, como afirma Oliveira (2011):

Na Educação Infantil a criança estabelece relações e constroem significados, ou seja, a origem do pensamento e a construção de si mesmo como sujeito, se fazem graças às interações construídas com outros parceiros em práticas sociais concretas de um ambiente que reúne circunstâncias, artefatos, práticas sociais. Ao interiorizar formas de interação social já vivenciadas, o indivíduo se apropria de estratégias para memorizar, narrar, e solucionar problemas, criados pelos grupos humanos com os quais ele partilha experiências. Em todo esse processo a afetividade, é presente nessas relações, em qualquer atividade humana, afeto e cognição são aspectos inseparáveis. (OLIVEIRA, 2011, p. 140).

As interações da criança com seus parceiros sociais provocam confrontos de significações e incentivam os parceiros a considerar as intenções dos outros e superar contradições que surjam entre eles. Nesse sentido contribui para que a criança aprenda a respeitar o outro, a internalizar regras, a se colocar no ponto de

vista do outro, saber cooperar além de desenvolver variadas formas de comunicação alcançando assim um amadurecimento emocional. (OLIVEIRA, 2011).

A Educação Infantil requer um olhar atento, postura investigativa e de reflexões acerca da criança. Essa etapa não se desprende da ideia do cuidar e educar, pois estes são conceitos fundamentais que compõem o campo da formação infantil. Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa, e a instituição enquanto espaço formativo deve oferecer meios para que as crianças entrem em contato com um novo mundo de possibilidades de aprendizagens, diferente do que elas já vivenciam no lar.

Segundo Oliveira (2011) existem características inerentes ao cuidar e educar, onde o cuidar é preciso estabelecer vínculos a partir de atitudes acolhedoras, e o educar é enfrentar o desafio de lidar com o outro, respeitando as diferenças, e esses aspectos trabalham juntos na Educação Infantil, favorecendo um diálogo entre instituição e a família. Formar a criança, é imprimir nela consciência sobre viver em sociedade, pensar no bem comum, na coletividade, no valor da democracia.

Portanto, a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica importante para o processo de formação humana da criança, em detrimento dos conceitos que acompanham sua existência, o cuidar e educar, as interações e brincadeiras, tornando ela um espaço formativo. Fazer dela espaços de aprendizagens, de vivências e experiências significativas, do respeito à criança como sujeito sócio-histórico e de direitos, do diálogo entre a família, de superar horizontes e trazer soluções a sociedade, de ser um espaço para fomentar discussões sobre a prática pedagógica.

Na Educação Infantil fica claro que há um entendimento de que a educação da criança se dá num sentido amplo do termo educação, não sendo um processo escolarizante. A Educação Infantil é uma instituição que tem uma proposta comprometida inteiramente com o desenvolvimento integral da criança, carrega com ela a responsabilidade de formar o homem na sua completude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente estudo percebe-se o quanto é atual e necessário discutir educação e formação humana, resgatar a reflexão sobre os sentidos da educação, da escola e pensar o processo de formação do homem. A formação humana inicia na infância, com a criança e continua durante toda a vida. Mas é neste momento inicial da vida, na experiência da infância que centra-se maiores esforços para que a criança se aproprie de conhecimentos, para que ela faça parte da realidade em que está inserida, interaja socialmente e construa o seu eu.

A educação é essa prática social que faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade. A medida que a sociedade foi se complexificando, o poder sendo centralizado, o saber se especializando, surge a escola, como espaço privilegiado do saber e de formar o ser. Estes dois aspectos, no contínuo processo histórico de transformação da sociedade, se integram, se opõe, se conflituam. Na contemporaneidade, observa-se que a instituição escola, mediante todo o contexto sócio, econômico, político, tecnológico, vota-se para um acelerado projeto de escolarização, apoiada na racionalidade instrumental, incorporando o discurso da inovação educacional por meio dos instrumentos tecnológicos e do poder da informação. Nessa medida indaga-se se é possível, nessa escola um processo formador do homem?

Ciente da necessidade de continuar discutindo a importância da formação humana e em consequência o sentido da escola, deve-se defender um projeto de escola que eduque para vida e esta não se vive só, mas na relação com outros, na coletividade, na integração com a natureza, e para tal, a educação desse homem deve contribuir para a formação de um novo modo de ser e estar no mundo.

Nesta direção, o presente estudo apresenta e analisa a proposta educacional da instituição de Educação Infantil, que traz toda essa dimensão de formação humana na educação das crianças de 0 a 6 anos incompletos. Cuidar e educar, estes são os eixos centrais da Educação Infantil e refletem a responsabilidade que a sociedade, a escola, os adultos devem ter na educação de suas crianças, com o contínuo processo de constituição o ser humano.

Considera-se importante ressaltar que a Educação Infantil não tem o desenvolvimento intelectual como dimensão exclusiva da educação, propõe uma

educação para o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, uma educação que valoriza e promove o desenvolvimento físico, motor, social, intelectual, afetivo, norteados pelos princípios éticos, políticos, estéticos. A Educação Infantil é um processo formador que não fragmenta o ser, a criança é um ser completo que se constitui em tempo integral. A criança é uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, concebida como um sujeito de direitos e a sua educação, formação deve acontecer em um ambiente favorecedor para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, do respeito ao bem comum, dos direitos de cidadania, da criatividade e ludicidade, do respeito as diferenças e da pluralidade.

Pode-se concluir, que a Educação Infantil em sua proposta de educação da criança é muito importante para o processo formação humana e, nesse sentido, não deve-se secundarizar o papel da instituição educacional na tarefa de formação do homem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paulo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BUJES, Maria I. E. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Pulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uLpQEeyt1D0C&lpg=PP1&hl=pt-br&pg=PA4#v=twopage&q&f=false>.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Ricardo da. **A educação infantil na Idade Média**. Editora Mandruvá, 2002. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur17/ricardo.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERNANDES, Marcos A. Skhole: o sentido fundante da escola. In: COELHO, Ildeu M. (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. Disponível em: <https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-educacaoe-mudanca-desbloqueado.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).

SANTOS, B. R. et al. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In: SANTOS, B. R. et al. (Org.). **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica. (sécs. V e IV a.C.). **Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages**, [en línea], n. 1, pp. 48-55, 2001. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283713>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. Minas Gerais, n. 21, set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QsmTD5KL9kvn8BF9Z6dSynq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.